



# Em Junho, Pernambuco Acumula mais de 200 mil Desligamentos do Setor Formal e tem Aumento na Taxa de Desemprego

ANDRÉ LUIZ DE FRANÇA FILHO (GRADUANDO EM ECONOMIA – UFRPE)  
KEYNIS CÂNDIDO DE SOUTO (PROFESSORA DA UFRPE E CONSELHEIRA DO CORECON-PE)

O mês de junho marcou fim da quarentena (lockdown) e o início da flexibilização das medidas de isolamento social no estado de Pernambuco, especificamente nas cidades Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Camaragibe e São Lourenço da Mata, alguns dos principais centros comerciais do estado. A retomada gradual dos serviços começou a acontecer seguindo uma série de regras sanitárias determinadas pelo governo do estado no plano de flexibilização das atividades econômicas. O reflexo dessa flexibilização pôde ser observado na melhora do saldo de empregos do setor formal da economia no mês de junho, que foi o melhor em todas as regiões brasileiras, desde o reconhecimento da calamidade pública, decorrente da pandemia do Covid-19. Na Tabela 01 é possível identificar que apesar da melhora, os resultados ainda foram negativos no Nordeste e no Sudeste, regiões que possuem os maiores números de casos da doença.

**Tabela 01**  
Saldos de Empregos Formais – Brasil e Regiões  
Primeiro semestre de 2020 (Série sem ajustes)

UF e Regiões	Saldos					
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Brasil	66.818	188.869	-207.401	-860.503	-331.901	-10.984
Norte	639	8.655	-5.050	-27.069	-10.151	6.547
Nordeste	-10.8787	-4.838	-49.179	-126.834	-50.272	-1.341

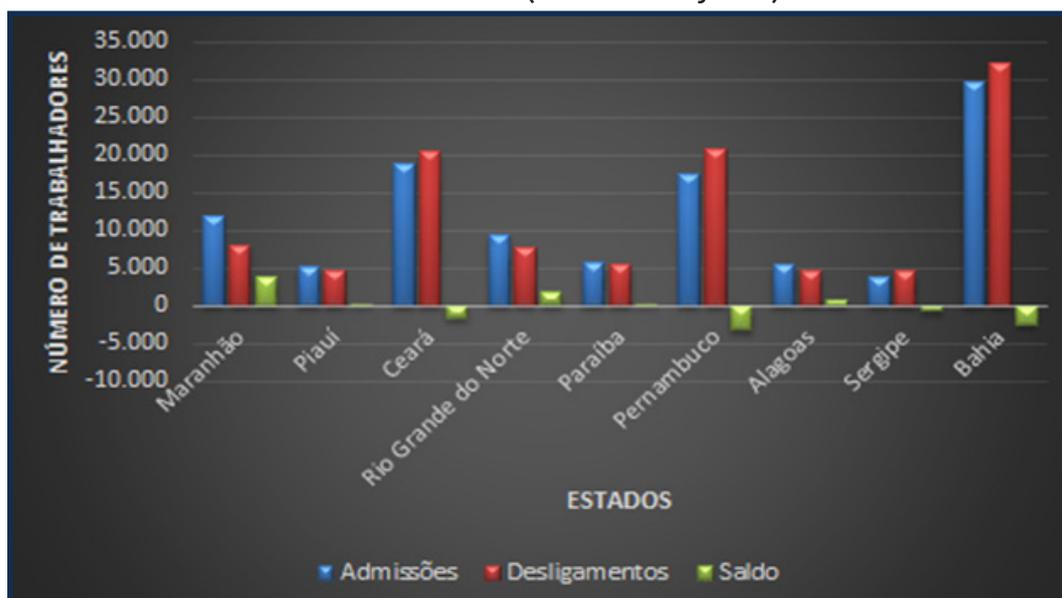
Sudeste	12.710	97.198	-122.670	-450.707	-180.466	-28.521
Sul	48.442	61.080	-32.137	-202.805	-78.667	1.699
Centro-Oeste	13.886	19.768	-12.130	-53.057	-12.580	10.010

Fonte: Novo Caged/ MTE.

Analisando os dados para os estados nordestinos, observa-se que os resultados são condizentes com o tamanho de suas populações e, conseqüentemente, da atividade do vírus nos estados. Dos nove estados do Nordeste, Pernambuco foi o que apresentou pior saldo de empregos formais em junho (-3.264), seguido da Bahia (-2.533), Ceará (-1.740) e Sergipe (-684). Os demais estados apresentam saldo positivo, com destaque para o Maranhão (3.907) e Alagoas (863) (Gráfico 01). Apesar dos saldos positivos para os demais estados, a região teve um resultado de 1.341 empregados fora do mercado de trabalho formal.

### Gráfico 01

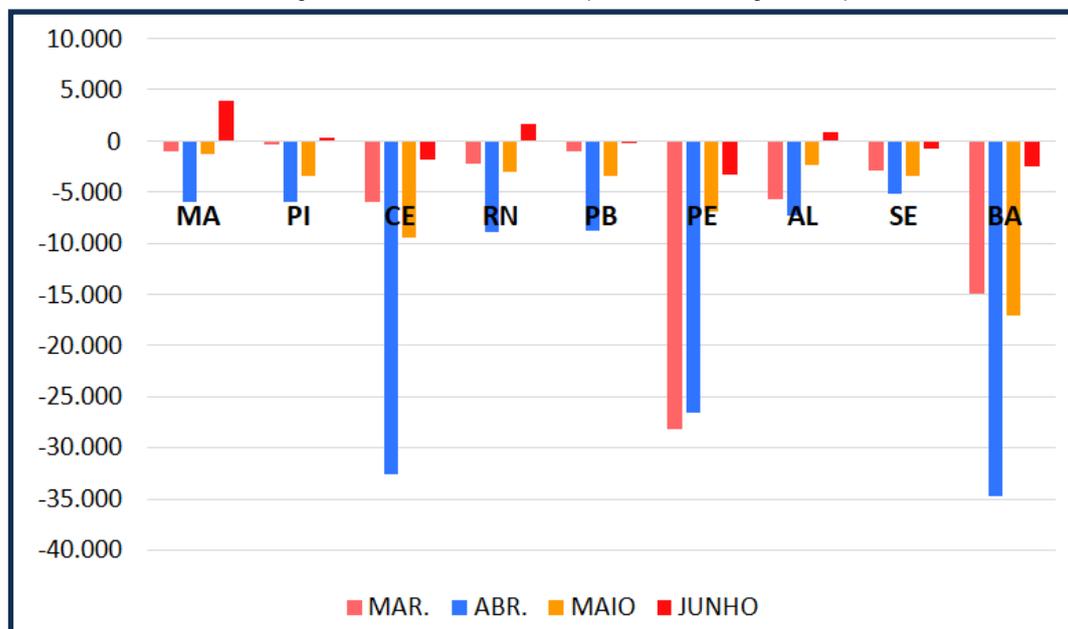
Saldo de empregados formais – Estados da região Nordeste  
Junho de 2020 (Série com ajuste)



Fonte: Novo Caged/ MTE.

Com estes resultados, mesmo com as medidas de flexibilização e de reabertura das atividades econômicas, não foi possível reverter o quadro que se instaurou nos últimos 3 meses nos maiores estados do Nordeste (BA, PE e CE) mas, para Pernambuco, em comparação aos meses de março e abril, junho evidencia uma melhora no saldo de empregos formais (Gráfico 02). Apesar da melhora em junho, no acumulado no ano, Pernambuco foi o estado do Nordeste com pior resultado, acumulando um saldo negativo de 68.896 postos de trabalho e o desligamento de 214.144 mil trabalhadores. Em seguida vem a Bahia com saldo de -60.391 e 294.103 desligados e o Ceará -41.580 e 194.386 desligados.

Gráfico 02

 Nordeste – Saldo de empregos formais por estados  
Março a Junho de 2020 (Série com ajustes)


Fonte: Novo Caged/ MTE.

Ao analisar o saldo por Município pernambucano, escolhendo aqueles com o maior número de trabalhadores no setor formal (estoque acima de 20.000), observa-se que o saldo resultante do mês de junho foi melhor em todos os casos, quando comparado a maio (Tabela 02), inclusive com resultados positivos para Paulista e Petrolina. Recife foi o destaque negativo, sendo o que mais perdeu trabalhadores, um resultado esperado, visto que é a capital do estado e principal centro de comércio. Espera-se que esses números continuem a melhorar no mês seguinte, tendo em conta que o plano de flexibilização está avançando e mais atividades estão retornando. Na data corrente, os Shoppings centers, academias e restaurantes já voltaram a funcionar no estado, com capacidade reduzida e restrições sanitárias, mas deve ser o suficiente pra trazer mais trabalhadores de volta ao mercado de trabalho formal. Basta torcer, para que um novo surto de casos não aconteça e force uma nova parada.

Tabela 02

 Pernambuco – Saldo de empregos formais por município  
Terceiro Bimestre (Série com ajustes)

Município	Maio			Junho		
	Admissões	Desligamentos	Saldos	Admissões	Desligamentos	Saldos
Cbo. St. Ago	311	829	-518	500	709	-209
Caruaru	645	1.177	-532	759	961	-202
Goiana	100	216	-116	106	177	-71
Ipojuca	252	964	-712	221	456	-235

Jaboatão	1.212	1.846	-634	1.110	1.640	-530
Olinda	846	1.640	-794	1.048	1.225	-177
Paulista	366	579	-213	396	382	14
Petrolina	1.258	1.754	-496	1.919	1.271	648
Recife	7.875	10.765	-2.881	6.379	7.824	-1.445

Fonte: Novo Caged/ MTE.

No acumulado no ano, todos os municípios analisados (Tabela 02) apresentam resultados negativos, com destaque para Ipojuca, que teve uma variação de -18,55% nos postos de trabalho formais, em relação ao estoque de 1º de janeiro de 2020 (com saldo negativo de 4.849 postos). O segundo pior resultado foi de Cabo de Santo Agostinho (-9,88% e saldo de -3.287), seguido de Jaboatão (-5,11%; - 4.708), Caruaru (-4,89%; -3.179) e Paulista (-4,62%; -1.265).

Quando se analisa o saldo de empregos em maio e junho para Pernambuco por atividades econômicas (Tabela 03), observamos uma melhora significativa nos setores de “Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura” (por mais que o saldo continue negativo, teve uma melhora de 3.688 empregados), “Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas” saiu de um saldo negativo de 1.740 para um saldo positivo de 395 (melhora de 2.135 postos), “Serviços” com melhora de 1.363 postos e “Indústria geral” de 848, setores que se beneficiaram da reabertura gradual da economia. Em detrimento a isso, os setores que mais perderam trabalhadores formais foram: “Informação e comunicação” (-1.935); “Transporte, armazenagem e correio” (-1.432), Serviços domésticos (-1.113); “Atividades administrativas e serviços complementares” (-1.088) e “Administração pública, defesa e seguridade” (-908).

**Tabela 03**

Saldo de Empregos Formais em Pernambuco por Atividade Econômica  
Terceiro Bimestre de 2020

Atividade econômica	Maio	Junho
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	-6.952	-3.264
Indústria geral	-201	647
Indústrias Extrativas	-584	190
Indústrias de Transformação	-24	-6
Eletricidade e Gás	-496	306
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	-18	29
Construção	-46	-139
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	-1.740	395

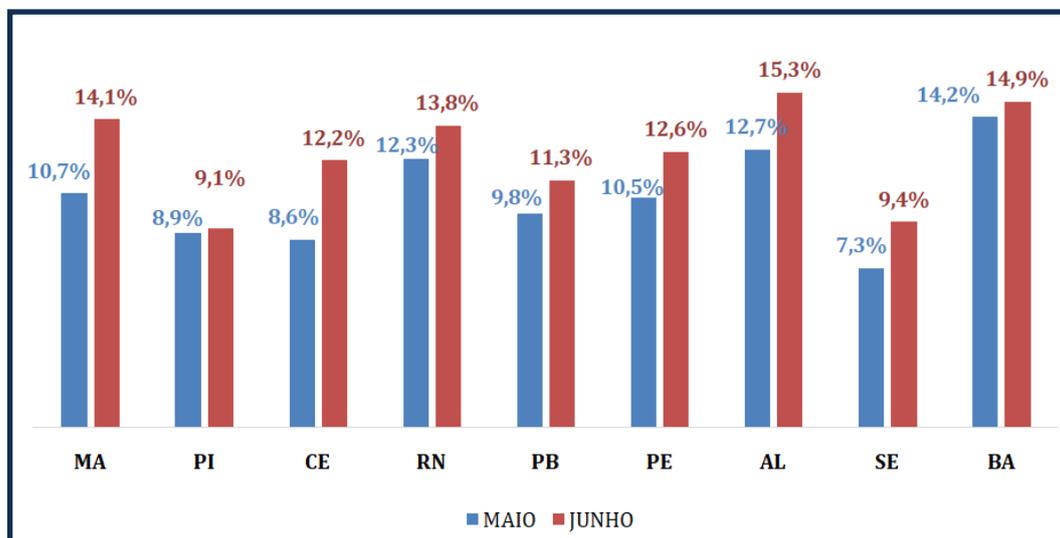


Serviços	-2.404	-1.041
Transporte, armazenagem e correio	-2.023	-3.455
Alojamento e alimentação	-325	-205
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	-2.026	-1.001
Informação e Comunicação	-387	-2.322
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	-148	-16
Atividades Imobiliárias	-76	-72
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	-43	-8
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	-463	-1.551
Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	343	-675
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	1.236	328
Educação	-6	-7
Saúde Humana e Serviços Sociais	-604	-398
Serviços domésticos	1.846	733
Outros serviços	-1	0
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	-520	-255
Outras Atividades de Serviços	-219	-130
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	-301	-125

Fonte: Novo Caged/ MTE.

Outros dados importantes em relação ao mercado de trabalho pernambucano que merecem ser destacados, são os dados reportados pela pesquisa Pnad Covid19, divulgada pelo IBGE. A pesquisa mostra que em junho houve uma pequena queda na taxa de informalidade em Pernambuco. Em maio, do total de pessoas ocupadas no estado, 43,0% estavam na informalidade. Em junho temos 42,8% (cerca de 1,4 milhões de pessoas) trabalhando na informalidade, um número ainda bastante elevado, porém melhor que o observado em fevereiro, antes da pandemia, quando Pernambuco tinha 48,8% da população ocupada na informalidade. Entre maio e junho, com exceção de Pernambuco, Alagoas e Piauí (que apresentaram pequena redução da informalidade), e da Bahia (manteve constante em 48%, correspondendo a cerca de 2,5 milhões de pessoas), houve aumento da informalidade nos demais estados do Nordeste.

A pesquisa mostra ainda que Pernambuco teve aumento na taxa de desemprego em junho, quando a taxa foi de 12,6% contra 10,5% em maio. O aumento foi observado em todos os estados do Nordeste (Gráfico 03) e segue a tendência observada a nível regional (passando de 11,2% em maio para 13,2% em junho) e nacional (10,7% em maio e 12,4% em junho).

**Gráfico 03**Taxa de desemprego (%) por estados do Nordeste  
Maio e Junho de 2020

Fonte: PNAD Covid19/IBGE.

Este aumento na taxa de desemprego ainda é reflexo da pandemia do coronavírus. Em entrevista ao Diário de Pernambuco, o chefe da Unidade Estadual do IBGE-PE, Gliner Alencar, afirmou que a elevação na taxa de desemprego é explicada por dois fatores. O primeiro é que a suspensão e fechamento das atividades ocorreu por um período maior que o esperado. A demora ao retorno das atividades acabou gerando essa quantidade maior de desempregados. O segundo fator é que muitas pessoas que estavam fora do mercado de trabalho, agora voltaram a procurar emprego e pressionar. São pessoas que, por exemplo, antes estavam só estudando, ou não estavam procurando emprego por vários motivos, ou pessoas que eram sustentados pelos pais (mas eles perderam o emprego e agora os filhos precisam de uma vaga).

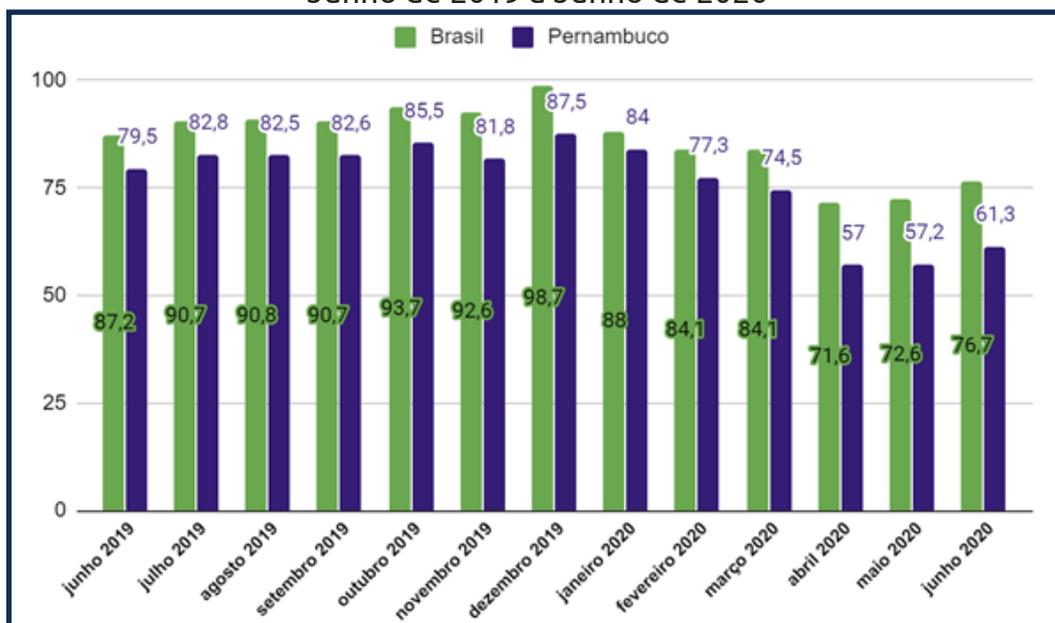
# Pernambuco tem Aumento da Demanda por Serviços em Junho, após alguns Meses de Queda

FABRÍCIA SUZIANE FELIX PEREIRA (GRADUANDA EM ECONOMIA – UFRPE)  
POEMA ISIS ANDRADE DE SOUZA (PROFESSORA DA UFRPE E CONSELHEIRA DO CORECON-PE)  
KEYNIS CÂNDIDO DE SOUTO (PROFESSORA DA UFRPE E CONSELHEIRA DO CORECON-PE)

O setor de serviços foi impactado em grande escala durante a pandemia do coronavírus. A pesquisa mensal de serviços (PMS) elaborada pelo IBGE, mostra que em junho houve uma elevação na busca de serviços no Brasil, cujo índice de base fixa alcançou 76,7 pontos, uma variação positiva de 5,64% em relação ao mês anterior (maio/2020). O estado de Pernambuco acompanhou o ritmo de alavancagem do setor de serviços brasileiro e está começando a “tomar fôlego” para aumentar a demanda do setor, após queda nos últimos cinco meses (Gráfico 01). Em junho, Pernambuco teve o índice de serviços atingindo 61,3 pontos, o que evidenciou um aumento de 7,17%, quando comparado ao mês de maio. Esse impulso obtido no setor de serviços pode ser explicado pela reabertura moderada de diversos ambientes autorizados em grande parte do país, seguindo as recomendações governamentais.

**Gráfico 01**

Brasil e Pernambuco Volume de Serviços: índice de base Fixa  
Junho de 2019 a Junho de 2020

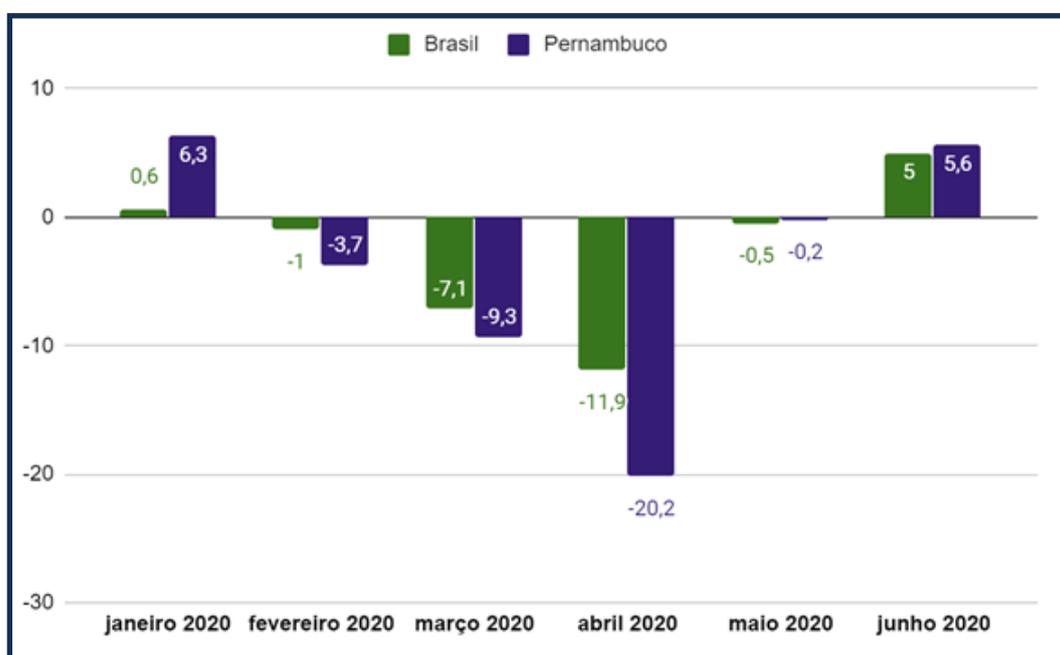


Fonte: Elaboração a partir de dados da PMS/IBGE (2020).

Ao observar o volume de serviços com variação mês / mês anterior (Gráfico 02), é fácil identificar o quanto a quarentena influenciou na demanda por serviços no Brasil e em Pernambuco. O crescimento em janeiro deste ano, evidencia o quanto o mercado Pernambucano estava ascendendo e como foi impactado com a crise inesperada, provavelmente já a partir de fevereiro. No mês de junho, o volume de serviços no Estado teve um crescimento de 5,6%, que correspondeu a elevação de 0,6% acima da média observada para o país indicando a disposição do estado em alavancar com retomada das atividades.

**Gráfico 02**

Volume de Serviços: variação mês / mês anterior com ajuste sazonal (%)  
Janeiro a Junho de 2020 - Brasil e Pernambuco

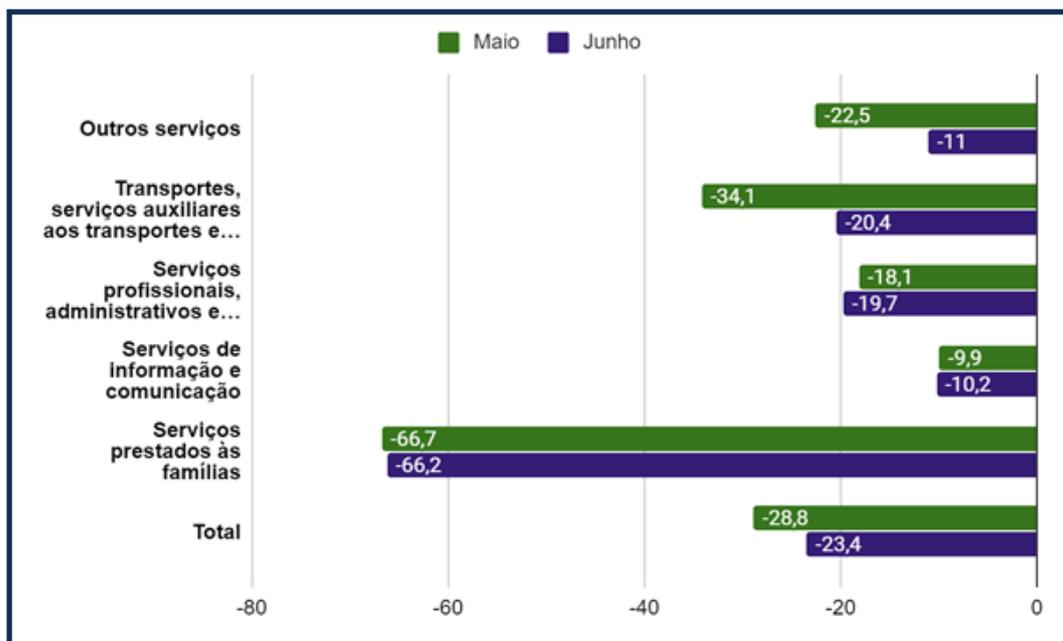


Fonte: Elaboração a partir de dados da PMS/IBGE (2020).

Na análise de volumes de serviços por atividade no estado de Pernambuco (Gráfico 03), é perceptível que apesar da queda ocasionada pela crise pandêmica, as variações mensais de maio e junho, em comparação com o mesmo período de 2019, indica uma queda do setor em 2020, porém, em junho houve uma melhora, mesmo que moderada. Apesar do leve crescimento em junho, algumas atividades ainda apresentam dificuldade em encontrar impulso para a retomada, como a atividade de “Serviços profissionais, administrativos e complementares” que apresentaram uma redução de -19,7%, um resultado pior que o observado em maio (-18,1%). Estas atividades enfrentam o impasse da suspensão do modelo de atendimento presencial. Outros serviços, como salão de beleza e academia, conseguiram ter um resultado melhor em junho (-11,0%) quando comparado a maio (-22,5%).

**Gráfico 03**

Volume de Serviços por Atividades Variação Mensal (%) (mês 2020/igual mês 2019)  
Maio e Junho de 2020 – Pernambuco



Fonte: Elaboração a partir de dados da PMS/IBGE (2020).

Outro subíndice importante que apresentou tímida recuperação foi o relacionado aos “serviços de informação e comunicação”. Em maio apresentou um valor negativo de 9,9 pontos percentuais, no mês de junho teve uma variação de -0,3%. Com a baixa produtividade e demanda do setor, o índice que vinha crescendo timidamente no início do ano apresenta variação mensal negativa desde março, após implementação do isolamento social.

# Volume de Consumo Pernambucano Apresenta Estabilidade em Junho de 2020

GABRIELA DA CUNHA SANTANA (GRADUANDA EM ECONOMIA - UFRPE)  
KEYNIS CÂNDIDO DE SOUTO (PROFESSORA DA UFRPE E CONSELHEIRA DO CORECON-PE)  
ANDRÉ LIMA DE MORAIS (CONSELHEIRO DO CORECON-PE)

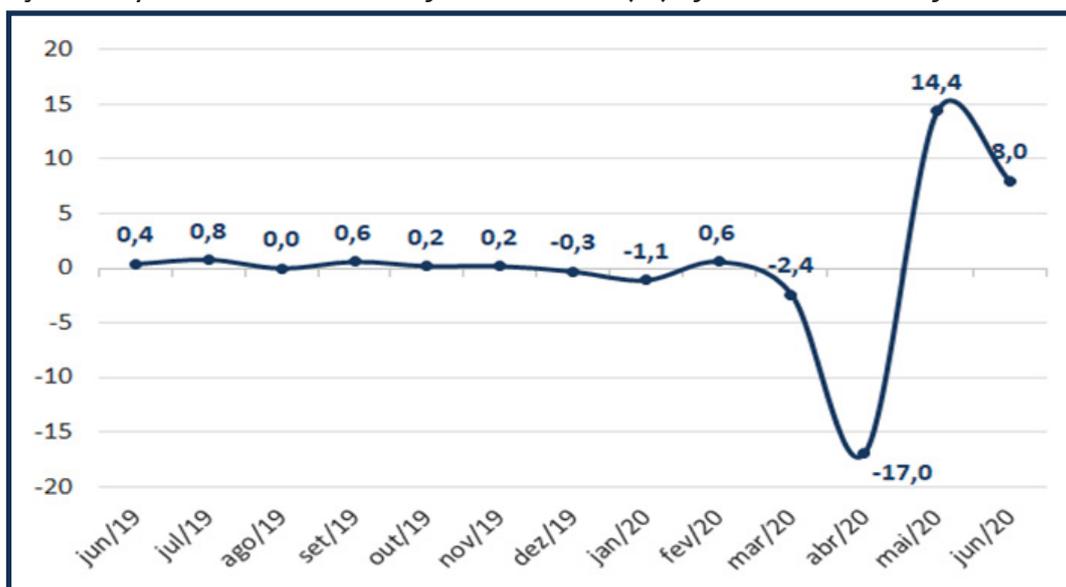
A Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra um crescimento de 8% no volume de vendas do comércio varejista brasileiro em junho de 2020, com o ajuste sazonal. O índice, que já havia crescido 14,4% em maio (Gráfico 01), mantém-se positivo, o que indica melhora do setor, podendo estar atrelada à reabertura comercial. Em relação ao índice de base igual ao mesmo mês do ano anterior, o crescimento registrado foi de 0,5% a nível Brasil.

## Gráfico 01

Brasil

Índice do volume de vendas no comércio varejista

Varição mês/mês anterior com ajuste sazonal (%) - junho de 2019 a junho de 2020



Fonte: PMC/IBGE.

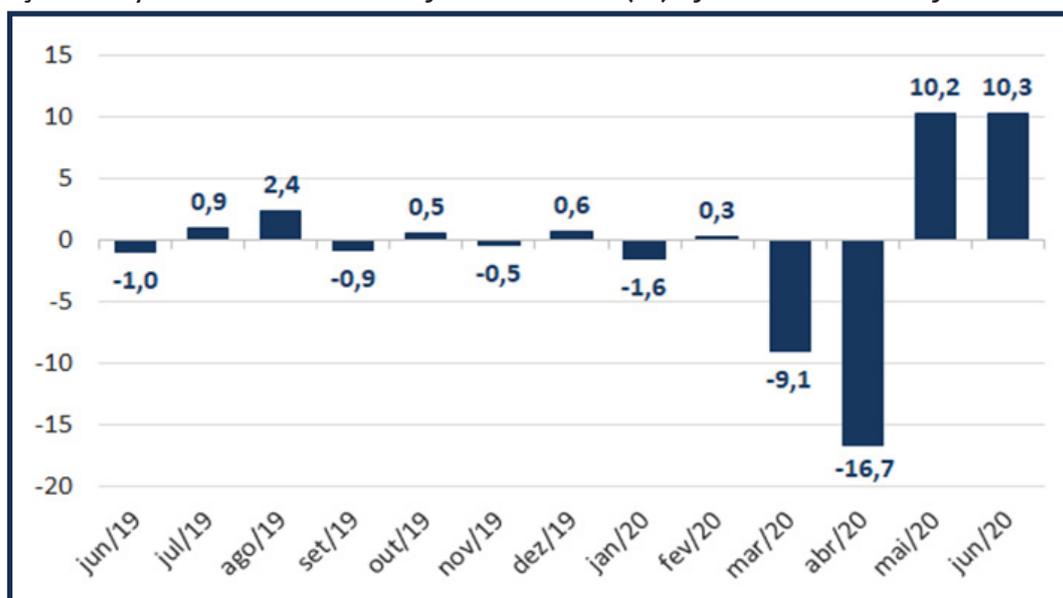
Analisando os dados para o comércio varejista Pernambucano (Gráfico 02), este apresentou certa estabilidade em relação ao volume de vendas mensal, o índice chegou a 10,3% em junho, com variação de apenas 0,1% em relação a maio de 2020, quando registrou 10,2 pontos percentuais. Um crescimento pequeno principalmente quando se considera que em junho o estado avançou na flexibilização das medidas de isolamento social, aderidas em razão da pandemia de Covid-19. Quando comparado ao mesmo mês do ano anterior (junho de 2019), o índice apresentou variação negativa de 6,4%, uma queda esperada, dado que este ano ocorreu o cancelamento das festividades juninas (São João e São Pedro) que tanto movimentam o comércio no estado.

### Gráfico 02

Pernambuco

Índice de volume de vendas no comércio varejista

Variação mês/mês anterior com ajuste sazonal (%) - junho de 2019 a junho de 2020

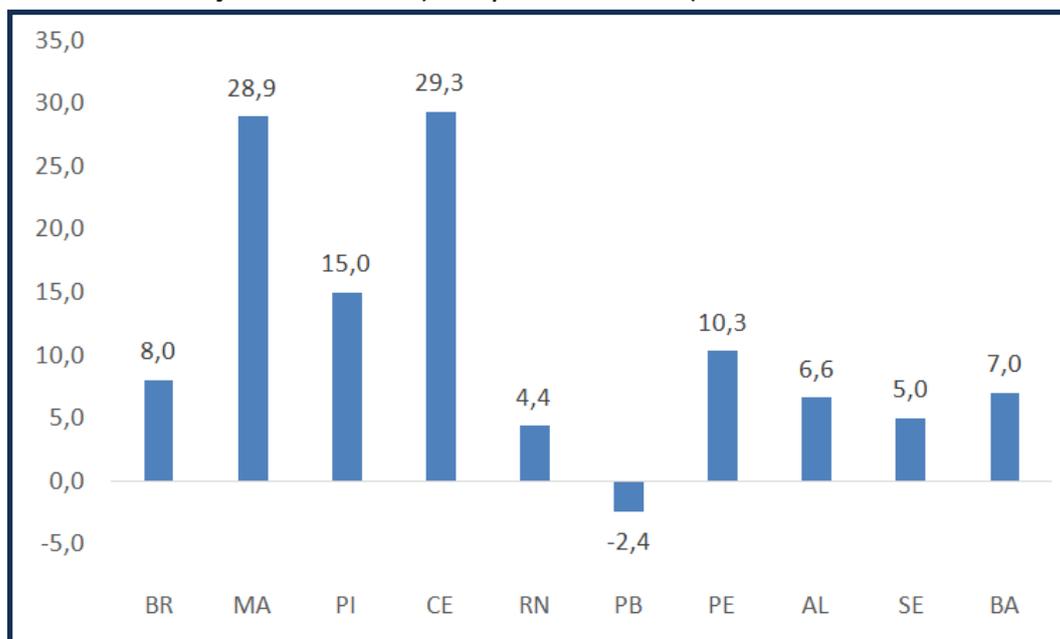


Fonte: PMC/IBGE.

Quando analisado o indicador de variação mensal (mês/mês anterior) comparando os estados do Nordeste (Gráfico 03), vemos que Pernambuco foi o quarto estado do Nordeste com maior crescimento no volume de vendas do comércio em junho (em relação a maio). O Estado cresceu acima da média nacional. A Paraíba foi o estado com pior resultado.

**Gráfico 03**

Brasil e Estados do Nordeste  
Volume de Vendas do Comércio Varejista  
Variação mensal % (mês /mês anterior) – Junho de 2020



Fonte: PMC/IBGE.

Dentre as dez atividades que compõem as vendas do varejo de Pernambuco, quatro apresentaram resultado positivo, ou seja, crescimento no volume de vendas. O maior aumento registrado no mês de junho foi sobre a venda de “Móveis e eletrodomésticos”, com aumento expressivo de 40,8% (este resultado foi puxado pela venda de eletrodomésticos que cresceu 53%). O segundo foi em “Material de construção” com 26,0%. Este aumento pode estar associado à retomada das atividades do setor da Construção Civil, que esteve praticamente parado desde o início das medidas de isolamento e distanciamento social. A volta das atividades do setor de construção, permitem uma maior comercialização de itens necessários para a mobília e construção de imóveis. As outras duas atividades que também apresentaram crescimento no mês foram: “artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos” com crescimento de 6,7% e “hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo” com 4,4% de aumento. A variação por atividades pode ser encontrada na tabela abaixo.

**Tabela 01**

Índice de volume de vendas no comércio varejista, por tipos de índice e atividades Pernambuco - janeiro de 2020

Atividades	Mensal	Acumulado	12 meses
	Junho	JAN-JUN	
Combustíveis e lubrificantes	-9,3	-9,3	-1,4
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	4,4	-0,9	-4,3
Tecidos, vestuário e calçados	-57,0	-39,7	-16,9
Móveis e eletrodomésticos	40,8	28,1	17,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	6,7	2,5	5,0
Livros, jornais, revistas e papelaria	-65,2	-34,4	-19,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-41,5	-24,8	-14,5
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-11,0	-21,6	-2,1
Veículos, motocicletas, partes e peças	-8,8	-20,6	-5,0
Material de construção	26,0	-12,0	-5,8

Fonte: PMC/IBGE.

Os setores que registraram queda do Indicador de volume mensal do varejo foram: livros, jornais, revistas e papelaria (-65,2%); tecidos, vestuário e calçados (-57,0%); equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-41,5%); outros artigos de uso pessoal e doméstico (-11,0%); combustíveis e lubrificantes (-9,3%); e veículos, motocicletas, partes e peças (-8,8%). As variações negativas apresentadas podem ser explicadas através do fenômeno de diminuição da renda como consequência da pandemia, fazendo com que o consumo das famílias seja destinado, em maior parte, para a compra de produtos essenciais em detrimento dos bens de consumo que podem ter a compra postergada.



# Índice de Confiança do Empresário do Comércio Continua Apresentando Queda nos meses de Junho e Julho

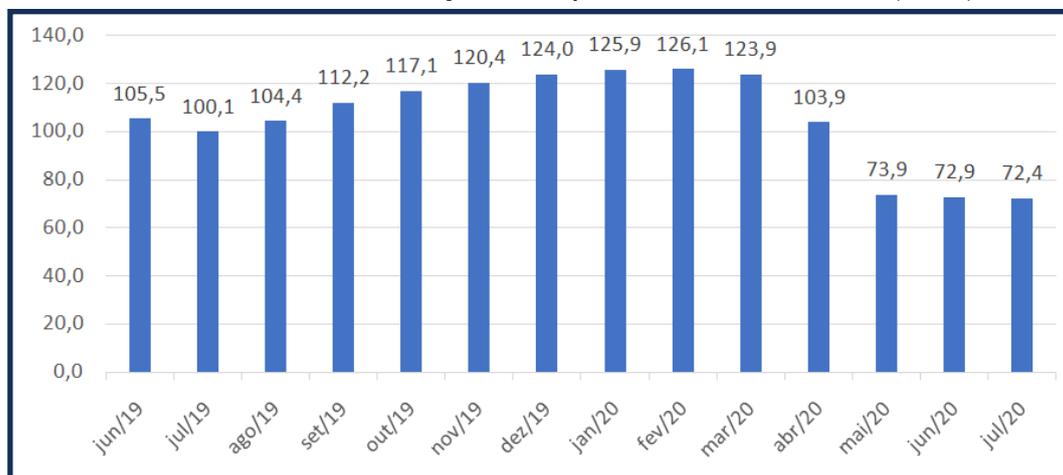
CARLOS ARTUR FERREIRA DA ROCHA (GRADUANDO EM ECONOMIA – UFRPE)  
RAFAEL R. DA CONCEIÇÃO (ECONOMISTA DA Fecomércio e CONSELHEIRO DO CORECON-PE)  
KEYNIS CÂNDIDO DE SOUTO (PROFESSORA DA UFRPE e CONSELHEIRA DO CORECON-PE)

O índice de confiança do empresário do comércio (ICEC) é um indicador mensal que é apurado pelos tomadores de decisão das empresas do varejo para detectar as tendências das ações do setor do ponto de vista do empresário. Os índices apresentam variações que vão de 0 a 200 pontos, onde o ICEC < 100 apresenta uma expectativa negativa, ICEC = 100 apresenta uma indiferença e ICEC > 100 uma expectativa positiva.

Nos meses de junho e julho de 2020, o ICEC-geral do estado de Pernambuco continuou apresentando resultados com avaliação negativa, assim como no mês de maio (Gráfico 01). Os resultados obtidos para esses meses foi de 72,9 e 72,4, respectivamente. Sendo o resultado de julho, o menor da série histórica, iniciada em março de 2011. Na comparação com o mês anterior, de maio para junho houve uma queda de 1,0 ponto e de junho para julho a redução foi de 0,5 pontos, indicando piora nas expectativas do empresário do setor do comércio, mesmo com a flexibilização das medidas de fechamento do comércio. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, essa diferença foi ainda maior. Em junho/2019, o ICEC-geral apresentou um resultado de 105,5 e no mês de julho/2019 teve um resultado de 100,1.

Gráfico 01

## Índice Geral de confiança do empresário do Comércio (ICEC)



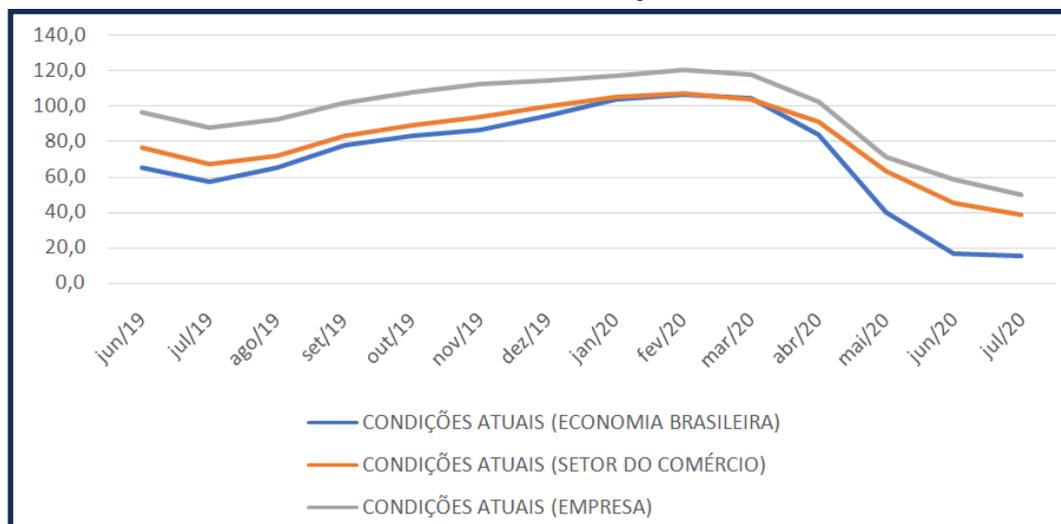
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CNC/FECOMÉRCIO-PE.

Assim como o índice geral, o subíndice condições atuais da economia brasileira (Gráfico 02) apresentou queda nos resultados obtidos para os meses de junho e julho. Os resultados registrados foram de 16,8 para junho e 15,2 para julho. Ao realizarmos a comparação com o mês anterior, percebemos que a diferença entre o mês de maio e de junho foi de 23,1 pontos, já que o resultado de maio foi de 39,9. Já a diferença entre junho e julho foi de 1,6 pontos. Já fazendo a comparação desse subíndice com os mesmos meses do ano anterior (2019), temos uma variação ainda maior, visto que os resultados apresentados para os meses de junho/19 e julho/19 foram de 65,3 e 57,0. Com isso as diferenças ficaram em 48,5 comparando os meses de junho e 41,8 para os meses de julho.

O atual cenário de isolamento social afetou bastante o desempenho do comércio e está afetando a economia como um todo. O subíndice de condições atuais da economia brasileira é um dos que mais conseguem influenciar na confiança dos empresários atingindo também o comércio local. Com uma baixa expectativa para a economia e o atual cenário pandêmico, pode ocorrer o fechamento de estabelecimentos, acarretando na demissão de funcionários e menor investimento.

Gráfico 02

## ICEC – Subíndices “Condições Atuais”



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CNC/FECOMÉRCIO-PE.

Outro subíndice da pesquisa do ICEC, apresentado no gráfico acima, é o de condições atuais do setor do comércio. Neste, o resultado obtido para os meses de junho e julho foram de 45,1 e 38,4 respectivamente. Apesar de ter apresentado um índice ruim, esses não foram os piores da série histórica, sendo o de novembro de 2015 o que apresentou o resultado mais baixo (33,7), em virtude da grave crise que o país enfrentava e que acabou afetando também o setor do comércio.

O último subíndice que avalia as condições atuais é o das empresas. Nele, o resultado obtido para os meses de junho e julho foram de 58,4 e 50,0, respectivamente. Quando realizada uma comparação com o mês anterior, a diferença entre maio e junho de 2020 foi de 12,6. Já na diferença entre junho e julho, o valor encontrado é de 8,4 pontos.

Além dos subíndices citados anteriormente, existem outros que geram influência no índice geral. Alguns deles tem relação direta com a expectativa dos empresários em relação a situação atual da economia brasileira, do próprio setor do comércio e das expectativas dos empresários em relação as próprias empresas. A expectativa de contratação dos funcionários também tem influência no índice geral. Sendo este, o que gerou maior resultado positivo para os meses de junho e julho, sendo 108,1 e 120,1. Por fim, o nível de investimento das empresas e a situação atual dos estoques são os últimos dados analisados na pesquisa do índice de confiança do empresário do comércio.

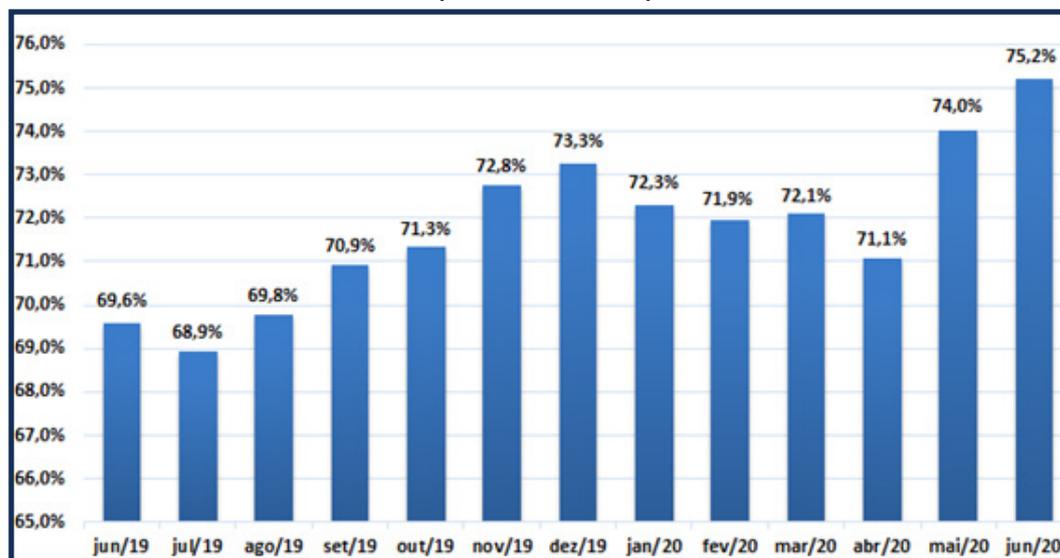
# Nível de Endividamento das Famílias Pernambucanas segue Crescendo em Junho e atinge Maior Nível em quase Cinco Anos

MARCELO HENRIQUE BARBOSA DE MOURA (GRADUANDO EM ECONOMIA – UFRPE)  
KEYNIS CÂNDIDO DE SOUTO (PROFESSORA DA UFRPE E CONSELHEIRA DO CORECON-PE)

De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), elaborada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), que analisa o nível de endividamento e a capacidade de pagamento das famílias, o comprometimento da renda das famílias pernambucanas atingiu 75,2% em junho (Gráfico 01). O resultado é 1,2% maior que o registrado em maio (74%). Em comparação ao mesmo período do ano anterior, junho/2019 (69,6%), a variação foi de +5,6%. É o maior resultado desde setembro de 2015. Este aumento no endividamento no estado segue a tendência observada para o país. A pesquisa mostra que o percentual das famílias brasileiras endividadas chegou a 67,1% em junho, um aumento de 0,6% em relação aos 66,5%, observados em maio.

**Gráfico 01**

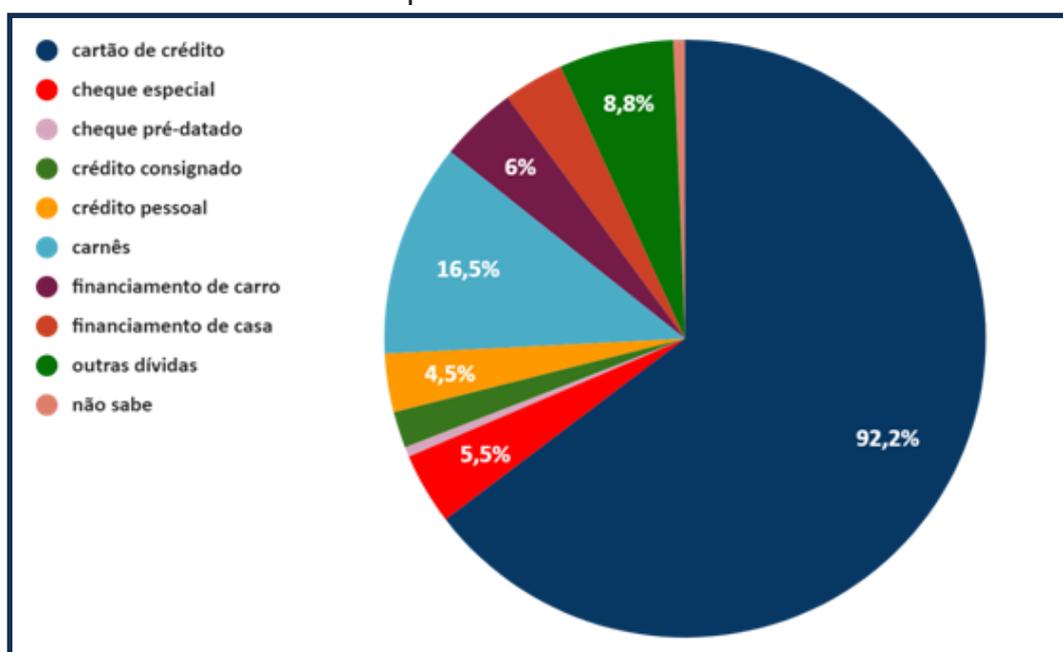
Nível de Endividamento das Famílias – Recife  
Junho/2019 à Junho/2020



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CNC/FECOMÉRCIO-PE.

O maior percentual de comprometimento da renda das famílias pernambucanas é referente ao cartão de crédito (Gráfico 02), representando 92,2%, seguido por carnês (16,5%). As duas categorias apresentaram variações positivas de 0,9% e 1%, respectivamente, em relação ao mês anterior (maio/2020). Estes aumentos podem estar relacionados a um crescimento do consumo por parte das famílias, enquanto as atividades econômicas vão voltando aos poucos. No entanto, a categoria com a maior variação percentual foi financiamento de carros, que atingiu 6%, um aumento de 1,1% em relação a maio.

**Gráfico 02**  
Tipo de dívida – Recife



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CNC/FECOMÉRCIO-PE.

A quantidade de famílias que relataram contas em atraso no mês de junho chegou ao total de 161.480. Um aumento de 1.647 em relação a maio de 2020. Comparando com o mesmo mês de ano anterior (junho/2019) o aumento é de 18.406. Isto pode ser explicado pela parada das atividades devido à crise do coronavírus. A crise levou a uma queda no rendimento das famílias, mas, os gastos permaneceram, levando ao aumento do endividamento. Dentre as famílias com contas em atraso, 74.321 não terão condições de pagar, o que representa 46% do total de endividados. Isto também pode ter sido consequência da elevação da taxa de desemprego em junho. Segundo a pesquisa Pnad Covid19, divulgada pelo IBGE Pernambuco teve aumento na taxa de desemprego em junho, taxa de 12,6% contra 10,5% em maio.

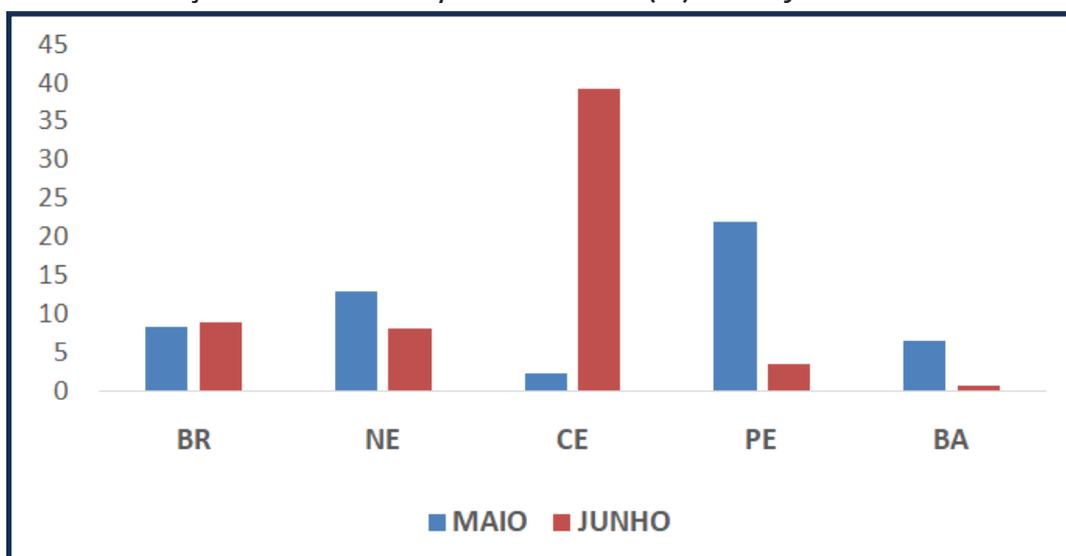
# Produção Industrial de Pernambuco mantém Tendência de Recuperação Iniciada em Junho

ARIANE RIENA SANTOS (GRADUANDA EM ECONOMIA – UFRPE)  
KEYNIS CÂNDIDO DE SOUTO (PROFESSORA DA UFRPE E CONSELHEIRA DO CORECON-PE)

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) divulgados pelo (IBGE), mostram que a produção industrial no estado de Pernambuco, após crescer 21,8% em maio (no indicador mensal: variação percentual mês em relação ao mês anterior), cresceu 3,5% em junho, na série livre de influências sazonais (Gráfico 01). É importante destacar que a variação positiva da produção industrial observada em maio, se deu sobre um mês de resultado ruim, em abril a produção pernambucana tinha caído 19,8% (segundo os dados atualizados do IBGE em junho). Assim, o crescimento da produção pernambucana em junho é um bom resultado, principalmente após os dois meses seguidos de queda (março e abril). No entanto, com este resultado, Pernambuco cresceu abaixo da média observada para o Brasil (8,9%) e para o Nordeste (8,0%).

**Gráfico 01**

Produção Industrial  
Variação Mensal – mês/mês anterior (%) com ajuste sazonal



Fonte: PIM – PF / IBGE.

Ainda considerando o indicador mensal, os resultados mostram que em junho, dos 15 estados que compõem a PIM-PF, apenas Mato Grosso teve resultado negativo de 0,4%, sendo Amazonas (65,7%) e Ceará (39,2%) os que apresentaram crescimento mais acentuado. Entre os três estados do Nordeste pesquisados, a Bahia foi o que teve pior resultado, cresceu 0,6%. Estes resultados positivos refletem, em grande medida, a ampliação do movimento de retorno à produção das unidades industriais (mesmo que de forma parcial) após a paralisação ou interrupção dos processos produtivos, por conta dos efeitos causados pela pandemia da COVID-19.

No entanto, no resultado trimestral, o setor industrial brasileiro recuou 19,4% no segundo trimestre de 2020 (quando comparado ao mesmo período de 2019). É a queda mais intensa desde o início da série histórica, permanecendo, dessa forma, com o comportamento negativo presente desde o último trimestre de 2018 (-1,3%). Entre os estados do Nordeste pesquisados (CE, BA e PE), todos apresentaram queda no total da produção industrial na passagem do primeiro para o segundo trimestre de 2020. Ceará (de -1,4% para -42,4%), Bahia (de 6,9% para -20,5%) e Pernambuco (de 5,8% para -13,4%). No acumulado do ano (janeiro a junho), o Brasil acumula queda de 10,9% e Pernambuco de 3,6%, o melhor resultado quando comparado aos demais estados do NE (CE = -22% e BA = -7,3%).

Analisando os resultados da produção industrial por setores de atividades em Pernambuco, usando o indicador mensal (mês/igual mês do ano anterior) de junho, observamos que a produção do estado aumentou 2,8% quando comparado a junho de 2019 (Tabela 01), um resultado melhor que o observado para o Brasil (-9,0%).

**Tabela 01**

Pernambuco: Produção Física Industrial, por Atividades Industriais  
Variação (%) – maio – junho de 2020

Atividades Industriais	Mensal <sup>1</sup>		Acumulado <sup>2</sup>	12 meses <sup>3</sup>
	Maio	Junho	JAN – JUN	
Indústria geral	-13,5	2,8	-3,6	3,9
Indústria de transformação	-13,5	2,8	-3,6	3,9
Produtos alimentícios	17,5	13,14	19,6	6,6
Fabricação de bebidas	-8,1	19,1	-5,7	-0,1
Produtos têxteis	-43,9	28,1	-10,3	-10,8
Celulose, papel e produtos de papel	-23,2	-10,2	-9,5	-8,0
Sabões, deterg., prods. de limpeza, cosm., prods. de perfum. e de hig. pess.	-7,1	20,8	3,3	3,7
Outros produtos químicos	-22,7	-19,8	-10,6	-6,8
Produtos de borracha e de material plástico	-4,0	16,7	2,1	-1,9

1 Base: igual mês do ano anterior.

2 Base: Jan-Maio/2020 – igual período do ano anterior.

3 Base: últimos 12 meses anteriores.



Produtos de minerais não-metálicos	-47,1	-14,8	-16,0	-7,3
Metalurgia	-18	-15,8	-17,5	-18,3
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-6,7	13,7	-1,9	4,2
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-58,8	-14,9	-24,6	-11,6
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	91,3	-67,3	-83,4	-80,9

Fonte: PIM - PF / IBGE.

Entre as atividades pesquisadas, o destaque positivo neste indicador, foi para “Produtos Têxteis” que em maio havia apresentado queda de 43,9% em relação a maio de 2019 e em junho cresceu 28,1% em relação a junho de 2019 (mas acumula queda de 10,3% no ano). Em seguida vem “Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, perfumaria e de higiene pessoal” teve variação positiva de 20,8%; e “Bebidas” com crescimento de 19,1%. Nesta atividade, os produtos de maior influência para o resultado positivo em junho foram aguardente de cana-de-açúcar, cervejas e chope e refrigerantes. Isto mostra uma inversão dos resultados em relação ao observado em maio quando estes mesmos produtos tinham sido os principais responsáveis pela queda de 8,1% na atividade de produção de bebidas. Este resultado pode ser reflexo da retomada no funcionamento de bares e restaurantes em vários estados, mesmo que com horários reduzidos.

Os destaques negativos foram para “Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores”, com redução de 67,3% (e -83,4% no acumulado no ano), sendo os produtos embarcações para transporte (inclusive plataformas) e peças e acessórios para motocicletas os itens que mais contribuíram para o resultado negativo. Aqui destacamos a queda 58,8% (maio) e de 14,9% (junho) na atividade de produção de “Máquinas, aparelhos e materiais elétricos”. Nesta atividade, os itens máquinas de lavar ou secar roupa, ventiladores ou circuladores e eletroportáteis domésticos foram os que mais influenciaram no resultado negativo em maio e junho, embora os eletrodomésticos estejam entre os produtos com maior crescimento no volume do comércio varejista do estado em maio (44,4%) e junho (53,0%).

Os resultados observados para o acumulado no ano indicam que, apesar de alguns resultados positivos, a indústria pernambucana chegará ao final de 2020 em queda. Conforme destacou Andrade (coordenador do Núcleo de Economia na Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco - Fiepe) em entrevista ao Jornal do Comércio, o “desempenho será negativo, mas as taxas positivas minimizam o desgaste. A população já está um pouco mais confiante, mas é tudo muito incerto ainda. É preciso avaliar a capacidade que temos de vencer o vírus e se terá uma segunda onda da pandemia”.

# Inflação fica em 0,40% em Julho, na Região Metropolitana do Recife

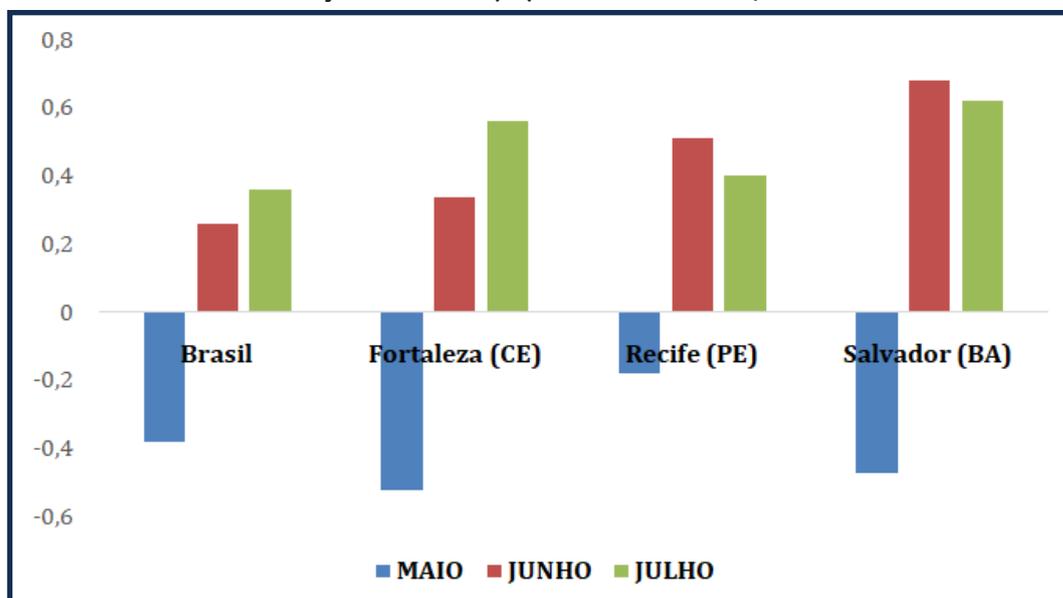
WALLYSSON RAYMAR DO AMARAL VASCONCELOS (GRADUANDO EM ECONOMIA - UFRPE)  
KEYNIS CÂNDIDO DE SOUTO (PROFESSORA DA UFRPE E CONSELHEIRA DO CORECON-PE)

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de julho, indica inflação de 0,40% na Região Metropolitana do Recife (RMR). É a terceira maior variação positiva entre as regiões nordestinas pesquisadas pelo IBGE (Gráfico 01). Em comparação com o observado em junho, quando a variação foi de 0,51%, tivemos um recuo na inflação da RMR, apesar de acumularmos no ano uma variação 1,52%. O IPCA-julho da RMR foi maior que o índice nacional, que ficou em 0,36%, o maior resultado para um mês de julho desde 2016, quando o IPCA foi de 0,52%. Em julho de 2019, o índice nacional foi de 0,19%.

No que diz respeito aos índices regionais, todas as dezesseis áreas pesquisadas (10 regiões metropolitanas e 6 municípios) apresentaram variação positiva em julho, sendo o maior resultado observado no município de Rio Branco (0,75%). Considerando as regiões metropolitanas, o maior índice foi o de Belém (0,72%) e o menor foi da região metropolitana de Vitória (0,21%). A RMR ocupa a sétima posição no ranking nacional, com inflação mensal superando o índice de outras grandes regiões como Porto Alegre (0,37%) e São Paulo (0,24%).

**Gráfico 01**

IPCA por Regiões Metropolitanas do Nordeste  
Variação mensal (%) – Maio a Julho, 2020

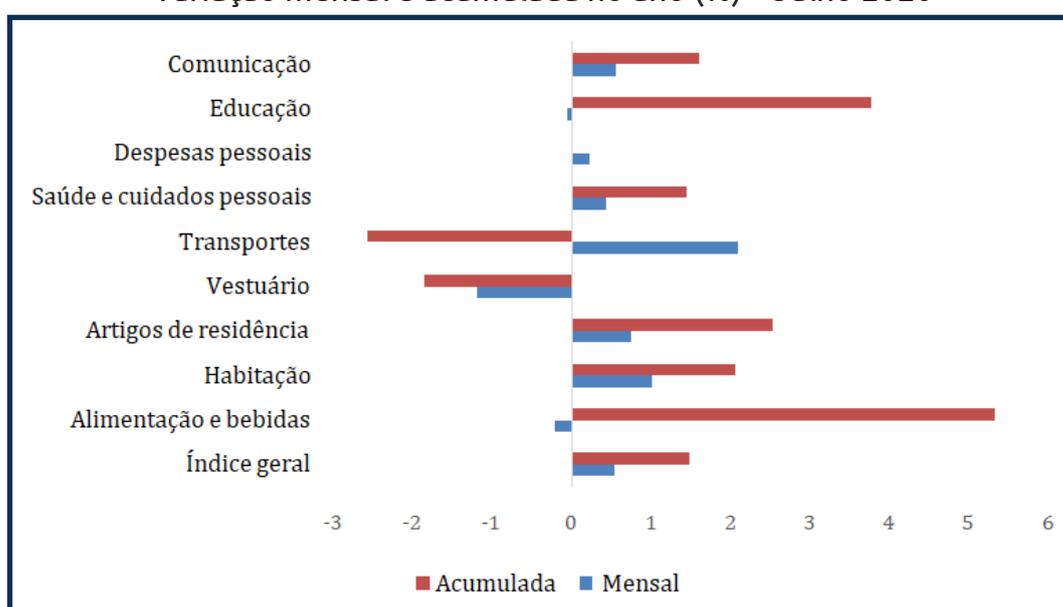


Fonte: Elaboração dos autores, a partir dos dados do IPCA/ IBGE (2020).

Quando analisamos o IPCA por grupos de produtos e serviços (Gráfico 02), vemos que dos nove grupos pesquisados, seis apresentaram alta em julho. Os **grupos que mais contribuíram** para a inflação foram: **transporte** (2,10%) e **habitação** (1,01%). No grupo de transportes o destaque foi o aumento de 6,98% no item “Combustíveis (veículos)” e a queda de 1,25% no item transporte público. No grupo de habitação, o índice foi puxado pelo item “Energia elétrica residencial”, que teve aumento de 3,47%, e por “Aluguel e taxas” (0,10%).

### Gráfico 02

RMR - IPCA por Grupos de Produtos e Serviços  
Variação mensal e acumulada no ano (%) – Julho 2020



Fonte: Elaboração dos autores, a partir dos dados do IPCA/ IBGE (2020)

Os **destaques negativos** na RMR foram os grupos: **Vestuário** que teve queda de 1,19% em julho, puxado pelos itens “Roupa feminina” (-1,88%) e “Calçados e acessórios” (-1,20%); e, **Alimentação e Bebidas** (-0,85%). Neste grupo, a alimentação no domicílio, que tinha tido aumento de 0,64% em junho, ficou mais barata (-1,19%), enquanto o item “alimentação fora do domicílio” aumentou 0,04%. Entre os itens que mais aumentaram no mês de julho estão “Outras bebidas alcoólicas” (2,72%), “Carnes e peixes industrializados” (1,69%), “Carnes” (1,66%) e “bebidas e infusões” (1,10%). Apesar do resultado negativo, este o grupo alimentação e bebidas acumula inflação de 5,34% no ano.



# Adesão ao PESE e ao BEm, pelas Empresas, Desaceleraram Demissões nos Estados do Nordeste

KÁSSIO ALVES SIQUEIRA (GRADUANDO EM ECONOMIA – UFRPE)  
KEYNES CÂNDIDO DE SOUTO (PROFESSORA DA UFRPE E CONSELHEIRA DO CORECON-PE)  
RAFAEL R. DA CONCEIÇÃO (ECONOMISTA DA FECOMÉRCIO E CONSELHEIRO DO CORECON-PE)

Desde a confirmação do primeiro caso de Covid-19 no Nordeste, no dia 6 de março, até agora, a economia nordestina vem passando por aquilo que tem sido regra para todas as regiões do país: isolamento social, períodos de *lockdown* em algumas cidades, queda vertiginosa dos principais índices econômicos, um assustador número de óbitos relacionados a pandemia e grandes números de demissões. Para esse último dado, segundo o Novo Caged, no acumulado de março a maio, as demissões superaram as admissões em 248.595 postos de trabalho.

Na tentativa de amenizar os efeitos da pandemia sobre a taxa de desemprego do país, que só no Nordeste chegava a 15,6% ao fim do 1º trimestre desse ano, o Governo Federal tomou algumas medidas econômicas visando a manutenção dos empregos. Entre estas medidas destacam-se o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm), instituído MP nº936/2020 de 01 de abril de 2020 (convertida na lei 14.020, de 6 de julho de 2020). O BEm é um benefício financeiro destinado aos trabalhadores que será pago quando houver acordos entre empregadores e trabalhadores nas seguintes situações: redução proporcional de jornada de trabalho e de salário, e suspensão temporária do contrato por no máximo 60 dias. Outra medida adotada pelo governo foi o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE) que foi instituído pela Medida Provisória nº 944/2020 de 03 de abril. Seu objetivo é disponibilizar uma linha de crédito especial (de até R\$ 40 bilhões) para pequenas e médias empresas, para financiamento da folha de salários durante a pandemia do Covid-19. Em contra partida, as empresas beneficiadas não poderão demitir parte de seus funcionários sem justa causa, a partir da data de contratação do empréstimo até 60 dias após o recebimento da última parcela da linha de crédito.

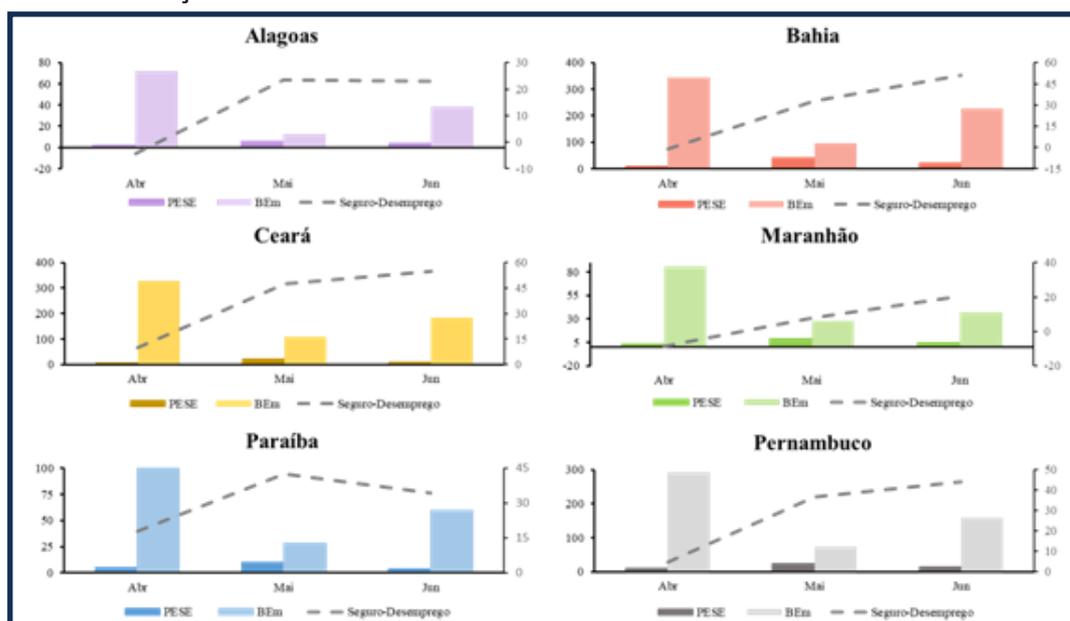
Nesse relatório, queremos identificar se existe possível relação entre o comportamento dos pedidos de Seguro-Desemprego, com a adesão das empresas e trabalhadores aos programas emergenciais de emprego do governo federal (PESE e Bem), nos estados do Nordeste. Mais especificamente, buscamos analisar se a redução nos pedidos de Seguro-Desemprego, observadas no mês de junho, tem relação com um maior número de adesão,

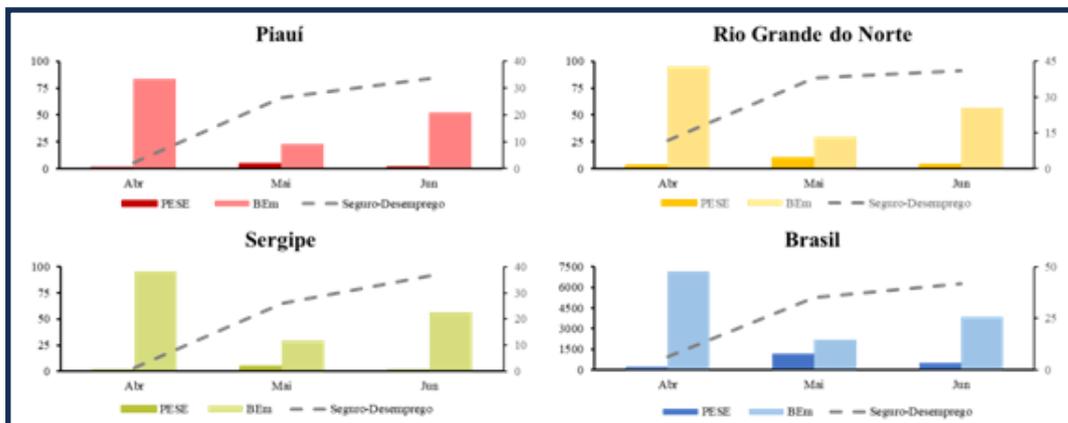
por parte das empresas aos referidos programas. As variáveis que serão aqui analisadas são os dados mensais de Seguro-Desemprego, desde o início de 2020, e o número de empresas/trabalhadores assistidos pelo PESE e pelo BEm, desde que foram lançadas, em abril, até junho.

De modo geral, as medidas de isolamento social – e consequente a paralização das atividades econômicas – começaram a ser implementadas entre a 3ª e a última semana de março. É exatamente em abril que os números de pedidos referentes ao seguro-desemprego aumentam na região como um todo, crescendo 49% em relação ao mês anterior. Em todo o Brasil, os pedidos para recebimento do auxílio chegaram a 748.540 ao fim de abril. O mês seguinte foi ainda mais duro para o mercado de trabalho nordestino: 164.998 pedidos de seguro-desemprego foram solicitados em maio. Nesse mesmo mês, os estados das Alagoas, Maranhão, Paraíba e Piauí registraram os picos das variações de solicitações do benefício, enquanto Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe apresentaram variações positivas nos pedidos, porém já demonstravam que o decréscimo marginal dessas solicitações, já sinalizava queda nos meses seguintes. A partir de junho os pedidos de seguro-desemprego começam a apresentar queda em todos os estados, além de se configurar o mesmo cenário para o país. Por fim, em julho todos os estados do Nordeste, além do agregado nacional, obtiveram os menores números desde o início da pandemia, como pode ser observado no Gráfico 01, que apresenta os dados referentes à solicitação do seguro desemprego (trabalhador formal) para os estados do Nordeste e Brasil, de janeiro a julho de 2020. Área em cinza dos gráficos corresponde ao período de isolamento social de cada estado, entre o fechamento do comércio e a reabertura gradual da economia.

## Gráfico 01

Seguro-Desemprego – Trabalhador Formal  
Variação % ante dezembro de 2019 – Média Móvel Trimestral



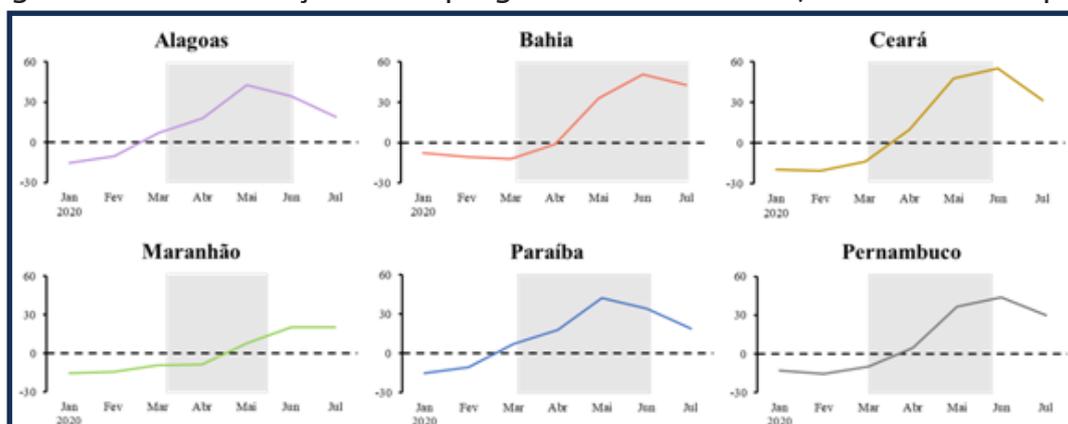


Fonte: Base de Gestão do Seguro-Desemprego (BGSD) / Ministério da Economia.

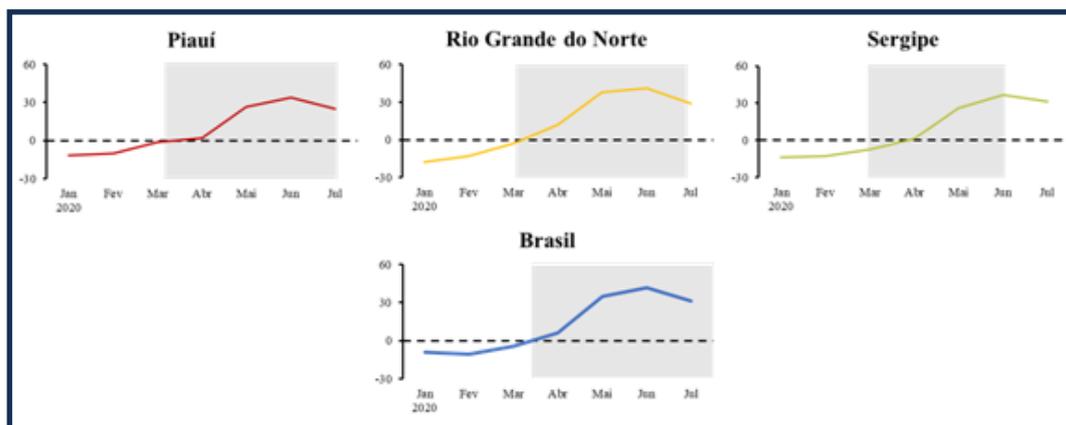
Quando analisamos conjuntamente os dados sobre seguro desemprego com os dados do PESE e do BEm nos estados (Gráfico 02), percebemos que os efeitos no número de pedidos de seguro-desemprego nos estados do Nordeste não são uniformes, podendo ser divididos em três grupos: o grupo 1 (formado por estados sem efeitos visíveis), o grupo 2 (formado pelos estados com achatamento da curva de variações de pedidos), e o grupo 3 (os estados com variação de pedidos decrescentes). Em um panorama geral, a maior quantidade de empregados que entraram no PESE foi registrada no mês de maio, apresentando queda no número já em junho. Isso foi observado para todos os estados do Nordeste e para o Brasil. Vale ressaltar que, a análise feita para os dados nacionais demonstram que o Brasil estaria no grupo 2, onde, após uma grande inserção de empresas no programa em maio de 2020, a curva demonstra crescimento marginal decrescente no número de pedidos de seguro-desemprego.

## Gráfico 02

Empregados no Programa Emergencial de Suporte ao Emprego – PESE e no Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda – BEm, em milhares de postos<sup>1</sup>



1 Linha pontilhada representa variação % ante dezembro de 2019 – Média Móvel Trimestral.



Fonte: Banco Central do Brasil.

Como característica geral das empresas brasileiras que entraram no PESE, a grande maioria são concentradas nos setores de “Serviços”, “Construção, Madeira e Móveis” e “Saúde, Saneamento, e Educação”, com um número entre 10 e 59 empregados. Grande parte dos assistidos são homens com idade entre 25 a 35 anos que – em sua maioria – recebem honorários que vão até 1,5 salário mínimo. Até junho deste ano, foram financiadas as folhas salariais de 1,9 milhões de trabalhadores, gerando créditos no valor de R\$ 4,5 bilhões de reais. Esses valores foram distribuídos, especialmente, pelos bancos Itaú, Santander e Bradesco. Características um pouco distintas podem ser observadas nas empresas e trabalhadores que aderiram ao BEm: a maior parcela de beneficiados é do sexo feminino, e estão na faixa etária de 30 a 49 anos. As atividades econômicas que mais fizeram acordos trabalhistas no âmbito do BEm, até a última semana de julho, foram os setores de Serviços, Comércio e Indústria, com 7,8 milhões, 4,1 milhões e 3,5 milhões de acordos, respectivamente. Vale destacar que, em relação aos tipos de acordos que foram firmados, 44 % foram de suspensão de contratos.

Maranhão e Bahia foram os estados que se enquadraram no grupo 1. Para o período entre abril e junho, o que se observou foi um total de 70,8 mil empregados assistidos pelo PESE na Bahia, e de 16,9 mil empregados no Maranhão, movimentando R\$ 182,3 milhões em crédito para pagamentos de salário. Em paralelo, nesse mesmo período, não ficou evidenciado uma redução na variação de solicitações do seguro-desemprego para esses estados. Os setores de “Serviços” e “Saúde, Saneamento e Educação” foram os mais acobertados pelo programa nos dois estados, sendo a estratificação salarial mais representativa a situada entre 1e 1,5 salários mínimos. Com relação ao BEm, nos dois estados foram firmados 994,3 mil acordos, abrangendo 588,5 mil trabalhadores e 104,2 empregadores. 83,8 % dos acordos firmados eram das atividades de Serviços e Comércio, sendo a faixa etária mais beneficiada aquela entre 30 e 49 anos e, sendo pouco mais da metade, mulheres.

Por sua vez, os estados do Ceará, Piauí, Pernambuco e Rio Grande do Norte, apresentaram estabilização – ou diminuição marginal – nos pedidos do auxílio em questão. Juntos, esses estados correspondem a 45,9% do total de empresas nordestinas inscritas no PESE. Foram liberados financiamentos na ordem de R\$ 219,61 milhões para esses estados no período, ajudando no suporte da folha salarial de 4.077 empresas. Novamente, os setores de “Servi-



ços” e “Saúde, Saneamento e Educação” foram os que mais solicitaram as linhas de crédito especiais do governo, sendo a estratificação salarial mais representativa nesses estados a dos trabalhadores com remuneração até 1 salário mínimo. É importante frisar também o setor “Construção, Madeira e Móveis”, que no estado potiguar foi o segundo maior em termos de empregados cobertos. Já o BEm ajudou 153,2 mil empregadores, alcançando 1,1 milhões de trabalhadores nesses quatro estados. Assim como nos estados do grupo 1, os setores de Serviços e Comércio foram os que mais firmaram acordos baseados no BEm. Os trabalhadores com idade entre 30 e 49 anos, novamente, foram os mais beneficiados pelo programa, sendo sua maioria – 51,0% do total – homens.

Por fim, Alagoas e Paraíba foram os únicos estados que apresentaram tendência de queda nas solicitações de seguro-desemprego no período analisado, sendo o primeiro de forma mais tímida. Assim como nos demais estados, os setores mais cobertos pelo programa foram o de “Serviços” e “Saúde, Saneamento e Educação”, demonstrando que, em regra geral, o setor de serviços, como foi um dos mais prejudicados pelos efeitos adversos da pandemia, foi o que mais necessitou das linhas de créditos oferecidas pelo governo federal para pagar sua folha salarial. Os saldos liberados pelo programa para os dois estados em questão, chegaram a R\$ 53,94 milhões, sendo os principais beneficiados os postos de trabalho dentro da faixa salarial de até 1 salário mínimo. Nestes estados, o BEm socorreu 38,6 mil empregadores, chegando a 386,1 mil acordos com 222,7 mil trabalhadores. De forma semelhante aos grupos anteriores, a faixa etária mais assistida pelo benefício foi a situada entre 30 e 49 anos, sendo 50,5% deles homens. As atividades mais beneficiadas pelo programa foram os setores de Serviços e Comércio.

Tendo em vista que, para efeito de comparação com os dados do PESE e do BEm, só foram comparados os dados do seguro-desemprego até junho, pode-se dizer que boa parte dos estados da região Nordeste apresentaram resultados positivos em termos de diminuição de demissões a partir de junho, com exceção do Maranhão e da Bahia. Segundo nossa análise gráfica, é provável que exista uma relação negativa entre a quantidade de mão de obra assistida por ambos os programas e os pedidos de seguro-desemprego: quando o primeiro aumenta, o segundo cai. É premente destacar também que, os dados mais atualizados de seguro-desemprego – referentes a julho de 2020 – já indicam que todos os estados, exceto o Maranhão, apresentam quedas no número de solicitações do benefício, o que pode indicar uma relação ainda maior entre as duas variáveis.



**Presidente:** Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera

**Vice-Presidente:** André Lima de Morais

**Conselheiros Efetivos:** Bruna Rodrigues Florio  
Diógenes Sócrates Robespierre de Sá  
Francisco José Couceiro de Oliveira  
João Albuquerque da Silva  
José André de Lima Freitas da Silva  
Monaliza de Oliveira Ferreira  
Rafael Ramos da Conceição

**Conselheiros Suplentes:** Fábio José Ferreira da Silva  
Fernando de Aquino Fonseca Neto  
Janiza Lima Ribeiro de Albuquerque  
Keynis Cândido de Souto  
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima  
Paulo Roberto de Magalhães Guedes  
Poema Isis Andrade de Souza  
Severino Ferreira da Silva

**Conselheiro Federal:** Fernando de Aquino Fonseca Neto

**Gerente Executiva:** Rayssa Kelly Melo das Mercês

**Comitê Editorial:** Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera  
André Lima de Morais  
Fábio José Ferreira da Silva  
Fernando de Aquino Fonseca Neto  
Keynis Cândido de Souto  
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima  
Monaliza de Oliveira Ferreira  
Poema Isis Andrade de Souza  
Rafael Ramos da Conceição

**Projeto Gráfico:** Erivaldo Sousa

**Correspondência:** Corecon/PE - Rua do Riachuelo, 105 - sala 212.  
Ed. Círculo Católico - Boa Vista - Recife, PE.  
CEP: 50.050-400  
Tels.: 81 3039-8842 | 3221-2473 | 99985-8433

coreconpe@coreconpe.gov.br  
www.coreconpe.gov.br

Boletim produzido em parceria entre  
o **Corecon-PE** e a **UFRPE**



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO**



/CoreconPE



@PECorecon



/corecon.pe